

Serasa: 40% dos investidores já precisaram liquidar posições, por dívidas

Manter as aplicações tem sido um desafio, no país

Quatro em cada dez brasileiros que possuem investimentos já precisaram resgatar aplicações para pagar dívidas, segundo pesquisa da Serasa em parceria com o Instituto OpinionBox. O levantamento mostra ainda que 32% dos brasileiros têm algum tipo de investimento e, entre aqueles que já fizeram resgates, 52% apontaram a necessidade imediata de dinheiro como principal motivo.

O cenário mostra que, para parte dos investidores, manter o dinheiro aplicado pode ser tão desafiador quanto começar a investir. No entanto, embora o resgate possa interromper planos de médio e longo prazo, usar o dinheiro investido para quitar uma dívida nem sempre é uma decisão ruim. Em alguns casos, a escolha pode até ser financeiramente vantajosa. Para Bruno Moura,



sócio da TIR Investimentos, o primeiro passo é comparar o custo efetivo da dívida com o retorno líquido esperado do investimento.

“Se uma pessoa possui uma dívida que custa 2% ao mês, estamos falando de aproximadamente 26,8% ao ano. Se mantém um investimento que rende 12% ou 14% ao ano, financeiramente há pouca justificativa para manter os dois”, afirma o especialista. Segundo ele,

a lógica considera que o juro que deixa de ser pago é um ganho certo, enquanto a rentabilidade futura de muitos investimentos não é garantida. “Por isso, antes de resgatar uma aplicação, o investidor deve avaliar o Custo Efetivo Total (CET) da dívida, a rentabilidade líquida do investimento após impostos e custos, a liquidez da aplicação, possíveis perdas ou penalidades no resgate e quanto de dinheiro continuará dispo-

nível depois da quitação”, completa.

Mais caras primeiro

A prioridade, de acordo com Moura, deve estar nas dívidas de maior custo efetivo e não necessariamente nas de maior valor. Cartão de crédito, rotativo, cheque especial e determinadas modalidades de crédito pessoal costumam exigir atenção justamente pelas taxas elevadas.

Em uma situação hipotética de uma dívida com CET de 25% ao ano e um investimento com retorno esperado de 13% ao ano, por exemplo, a matemática favorece a quitação do débito. “Nesse cenário, manter o investimento enquanto se paga 25% na dívida significa, economicamente, financiar uma aplicação de 13% com dinheiro que custa 25%”, alerta o especialista.

Brasil pode perder até R\$ 1 trilhão no PIB se ficar para trás na corrida da IA

(*) Celso Camilo

A inteligência artificial deixou de ser uma pauta de tecnologia para se tornar uma questão de poder econômico

Estudo do Reglab estima que sua adoção pode adicionar até R\$ 986,7 bilhões ao PIB brasileiro entre 2027 e 2030. No cenário central, o impacto chegaria a 2,77% do PIB em quatro anos. O número impressiona, mas esconde uma pergunta mais dura: quanto dessa riqueza o Brasil será capaz de produzir e quanto pagará para acessar tecnologias criadas no exterior?

A principal fonte desse crescimento seria a produtividade, um dos gargalos históricos do país. Economias avançam quando produzem mais valor com os mesmos recursos. É aí que a IA pode provocar uma ruptura: tornar processos mais rápidos, baratos e eficientes. Quando esses ganhos chegam a milhões de trabalhadores e empresas, passam a significar crescimento econômico.

Segundo o estudo, 65% do impacto viria da produtividade do trabalho e 35% da eficiência de máquinas, equipamentos e processos. Isso mostra por que reduzir a IA a chatbots é um erro estratégico. Na indústria, algoritmos podem reduzir desperdícios. No agronegócio, elevar a produtividade. Em bancos, saúde, logística e varejo, acelerar análises e cortar custos.

Também fazemos a pergunta errada quando o debate se limita a quantos empregos a IA eliminará. O primeiro impacto será sobre tarefas. Algumas desaparecerão, outras serão redesenhadas. Profissionais capazes de usar a tecnologia produzirão mais, enquanto empresas que demorem a incorporá-la poderão perder competitividade. A nova pressão econômica passa pelo letramento em IA e pela capacidade de aplicá-la.

É justamente aí que o Brasil precisa abandonar a posição confortável de usuário. Não existe garantia de que os

quase R\$ 1 trilhão projetados chegarão à economia brasileira. Parte desse potencial pode migrar para países que concentram infraestrutura, pesquisa, capital, modelos próprios e profissionais especializados. Sem data centers, conectividade, financiamento, formação de pessoas e capacidade de transformar pesquisa em produto, o Brasil pode adotar IA em larga escala e continuar pagando ao exterior pela tecnologia que sustenta seus ganhos.

Ser usuário avançado de IA não significa dominar IA. Uma empresa que apenas paga para acessar modelos estrangeiros ocupa posição diferente daquela que desenvolve propriedade intelectual, exporta soluções e participa da cadeia global de tecnologia. Se o Brasil aceitar o papel de mero consumidor, poderá modernizar sua economia enquanto transfere parte da riqueza gerada para outros países. Por isso, falar de IA também é falar de soberania.

O país precisa disputar o espaço onde o maior valor é criado. Permanecer apenas como fornecedor de insumos reproduz uma lógica antiga: vendemos produtos básicos e recomparamos soluções de maior valor agregado. Mudar esse posicionamento exige universidades fortes, pesquisa, investimento, infraestrutura, empresas inovadoras e regulação que proteja direitos sem sufocar a inovação.

A corrida já começou. Os R\$ 986,7 bilhões projetados até 2030 mostram o tamanho do prêmio e do risco. O Brasil pode transformar IA em produtividade, empregos qualificados, empresas e tecnologia própria ou se tornar apenas um grande mercado consumidor. O impacto sobre o PIB pode ser extraordinário. A questão é quanto desse futuro será realmente brasileiro.

(*) Celso Camilo é doutor em IA e professor da Universidade Federal de Goiás.

Do aço ao e-commerce, transportadoras tentam superar as oscilações do mercado

Enquanto a produção de aço recua e o comércio eletrônico registra alta de quase 17%, empresas de transporte ampliam atuação para reduzir dependência do desempenho de um único setor. Assim, o caminhão que ontem transportava produtos ligados à indústria pesada pode fazer parte, amanhã, de uma operação estruturada para atender o comércio eletrônico. Em um cenário no qual diferentes setores da economia avançam em ritmos distintos, a diversificação começa a ganhar importância também entre as transportadoras, atentas às novas demandas.

Os números deste ano potencializam a visualização deste aparente contraste. No primeiro semestre, a produção brasileira de aço bruto atingiu 16,3 milhões de toneladas, representando queda de 1,5% em relação ao mesmo período de 2025. A produção de laminados recuou 4,4% e as vendas ao mercado interno tiveram retração de 0,2%, segundo dados do Instituto Aço Brasil.

Na outra ponta, o comércio eletrônico vive um momento diferente. O e-commerce brasileiro movimentou R\$ 208 bilhões entre janeiro e junho deste ano, crescimento de 16,9%. Para a cadeia logística o fator significativo é o avanço do número de pedidos: foram R\$ 756 milhões, gerando alta de 34,8% sobre o primeiro semestre de 2025, segundo levantamento da Confi, por meio da Neotrust e da Aftersale, em parceria com o E-Commerce Brasil.

20% neste ano

O movimento tende a continuar no segundo semestre. A projeção é de R\$ 254 bilhões em vendas online no período, 20% acima do registrado um ano antes. Para o transporte rodoviário de cargas, diferenças como essas ajudam a explicar por que depender excessivamente de uma única atividade econômica pode representar um risco.

“O transporte acompanha a economia muito rapidamente. Um segmento

pode estar muito aquecido em determinado momento e, pouco tempo depois, outro passa a oferecer mais oportunidades. Por isso, ter capacidade para atender diferentes mercados ajuda a empresa a atravessar essas oscilações e a continuar crescendo”, afirma Leonardo Busin, CEO da Buzin Transportes.

A própria trajetória da Buzin exemplifica essa transformação. A empresa, fundada em 1967, teve durante décadas sua operação fortemente concentrada na siderurgia. Até 2018, o segmento representava todo o foco da companhia. Com a entrada da terceira geração na administração, a empresa começou a ampliar o leque de mercados atendidos. Hoje atende, além da siderurgia, a petroquímica, agro, alimentos e bebidas, papel e celulose, construção civil, saúde e bem-estar e e-commerce. A diversificação permite que a operação acompanhe mais de perto os diferentes ciclos da economia.



Recuperação Judicial

O Brasil registrou mais de 6,3 mil empresas em recuperação judicial somente no primeiro semestre do ano, segundo levantamento do Monitor RGF-Bizdoc. A modalidade, muitas vezes utilizada para evitar a falência, atinge diferentes setores da economia, como indústria, varejo, agronegócio, alimentação e energia. Ao mesmo tempo, 83,5 milhões de brasileiros estão negativados, acumulando mais de R\$ 574 bilhões em dívidas, cenário que também pressiona o consumo e o caixa das empresas.

Recuperação – II

Luiz Eduardo Martin, advogado especialista em Direito Empresarial e Societário, lembra que juros elevados, crédito mais caro, queda de consumo e endividamento podem ajudar a explicar o cenário acima, “mas uma recuperação judicial raramente começa no momento em que a empresa procura a Justiça”. Problemas de fluxo de caixa, crescimento sem planejamento, dívidas sucessivas, perda de mercado e dificuldade de renegociação podem aparecer meses ou até anos antes. O aumento dos pedidos abre uma discussão importante: quais são os sinais de que uma empresa saudável está entrando em uma crise capaz de ameaçar sua sobrevivência?

Cargas Expressas

A Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (ABRAEC) e

a ABR Aeroportos do Brasil manifestam apoio à conversão da Medida Provisória nº 1.357/2026 em lei. A MP assegura base legal para reduzir a zero o Imposto de Importação nas remessas de até US\$ 50 e fixar em até 30% a alíquota aplicável às remessas entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil. Sua aprovação, antes do encerramento do prazo constitucional em 8 de setembro, é essencial para preservar segurança jurídica, previsibilidade e confiança nas decisões de investimento do setor. Segundo a LCA Consultores, junho, primeiro mês completo da nova regra, registrou 27,4 milhões de declarações no Programa Remessa Conforme, com alta de 74,5% em relação a abril.

CEMIG +30

A Cemig obteve junto ao Ministério de Minas e Energia (MME) a autorização para renovar por 30 anos a concessão da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, que se encerraria em agosto deste ano. Com a decisão, a companhia assegura a continuidade da operação da usina e de sua capacidade instalada de 78 MW. Sá Carvalho era a primeira das três concessões da Cemig com vencimento previsto para os próximos meses. As outras duas são as usinas de Emborcação e Nova Ponte, com contratos que se encerram em maio e agosto de 2027, respectivamente. Juntas, as três usinas respondem hoje por 55% do parque gerador próprio da Cemig.



Frota Híbrida e elétrica

A tecnologia híbrida já faz parte da rotina operacional da Motiva Sorocabana. Desde o início da concessão, em março de 2025, cinco veículos Ford Maverick híbridos são utilizados pelas equipes de inspeção de tráfego nas rodovias sob administração da concessionária. A frota conta ainda com duas viaturas de supervisão, que apoiam diariamente o trabalho das equipes de Operações em campo. A iniciativa está alinhada ao plano de descarbonização da Motiva, que investe cerca de R\$ 50 milhões na ampliação da frota operacional de veículos elétricos e híbridos em suas concessões rodoviárias e operações de trilhos.

Mercedes/Carbono

A Mercedes-Benz e a Hydro estão expandindo sua parceria para descarbonizar a cadeia de alumínio na Europa, apoiando os esforços para reduzir emissões e, ao mesmo tempo, fortalecer cadeias de suprimentos resilientes. Como primeiro passo, a Mercedes-Benz se tornará a primeira fabricante de automóveis da Europa a integrar o Hydro CIR-CAL à produção em série da próxima geração de veículos elétricos de grande porte. Esse alumínio reciclado é produzido com pelo menos 75% de sucata pós-consumo, um aumento significativo em relação aos cerca de 25% presentes no material atualmente fornecido.

Nanos já são 18%

Categoria identificada pelo Congresso Nacional no contexto da reforma tributária forma 18% da População Economicamente Ativa no Brasil. São eles os nanoempreendedores, pequenos autônomos carentes de políticas públicas dirigidas. A categoria dos nanoempreendedores - pessoas físicas autônomas de baixa renda, com faturamento anual inferior a R\$ 40,5 mil - se tornou público de interesse para candidatos nas eleições deste ano focados em temas econômicos. De acordo com o estudo “Nanoempreendedores no Brasil: Dimensionamento e Perfil Socioeconômico”, encomendado pela Natura em parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Venda Direta (ABEVD), eles totalizam 19 milhões de indivíduos, o que equivale a 18% da População Economicamente Ativa (PEA).

Coexistência silvestre

É possível coexistir a vida urbana e a natural. Para provar a teoria foi celebrada a Semana da Suçuarana e o Dia do Voluntariado, no Parque Natural Municipal Itaim, em Parelheiros, no extremo sul de São Paulo. O público participou de uma trilha de observação da natureza, do lançamento do curta de animação “A Voz da Onça-parda” e de uma roda de conversa sobre grandes felinos e os desafios da coexistência entre a fauna silvestre e a vida urbana. A iniciativa buscou aproximar a população da biodiversidade presente na cidade e ampliar a conscientização sobre a importância da conservação da onça-parda e de outras espécies da fauna brasileira.